



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE DOURADOS
ATSum 0024536-83.2021.5.24.0022
AUTOR: NATALIA BRAGA GRANGEIRO
RÉU: EMY SARUWATARI EIRELI

EDITAL DE LEILÃO

O Doutor **Carlos Roberto Cunha**, Juiz do Trabalho da 1ª Vara do Trabalho de Dourados - MS, no uso de suas atribuições legais, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que foi designada a venda dos bens descritos abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir:

Torna público que a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do presente edital em Imprensa Oficial, estará aberto o Leilão para captação de lances na modalidade eletrônica, através do portal www.marcaleiloes.com.br, com encerramento no dia **31 de janeiro de 2023, às 14:00 horas** (horário local de Mato Grosso do Sul), por intermédio do Leiloeiro Público Oficial, Sr. **Marcelo Carneiro Bernardelli**, Matrícula 21 | JUCEMS, onde serão ofertados lances pela Internet, no qual serão levados a público pregões de vendas e arrematações, os bens abaixo relacionados, objetos de penhora no processo mencionado.

DESCRIÇÃO DOS BEM(NS) LOTE 01:01 (um) cadeira odontológica da marca Kavo, modelo Klinik, em bom estado de conservação e funcionamento, material de boa qualidade.

AVALIAÇÃO TOTAL: R\$17.000,00 (dezesete mil reais), conforme auto de avaliação no ID.fa67cfe, datado de 08 de agosto de 2022.

DESCRIÇÃO DOS BEM(NS) LOTE 02:01 (um) balcão/armário com 04 (quatro) portas e 04 (quatro) gavetas, em MDF na cor branca. Em bom estado de conservação, medindo aproximadamente 2,50 m.

AVALIAÇÃO TOTAL: R\$ 800,00 (oitocentos reais), conforme auto de avaliação no ID. fa67cfe, datado de 08 de agosto de 2022.

DESCRIÇÃO DOS BEM(NS) LOTE 03:11 (onze) cadeiras de ferro com estofado na cor bege, plastificadas, todas em bom estado de conservação e de boa qualidade. Cadeiras utilizadas em sala de espera de consultório odontológico. Avaliadas em R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) cada.

AVALIAÇÃO TOTAL: R\$ 2.420,00 (dois mil, quatrocentos e vinte reais), conforme auto de avaliação no ID. fa67cfe, datado de 08 de agosto de 2022.

VALOR TOTAL DE AVALIAÇÃO: R\$ 20.220,00 (vinte mil, duzentos e vinte reais), conforme auto de avaliação no ID. fa67cfe, datado de 08 de agosto de 2022.

DEPOSITÁRIO(A): Há nomeação de fiel depositário no ID. fa67cfe. Emy Saruwatary, inscrito(a) no CPF/MF nº 870.939.281-53. Endereço: Rua João Cândido da Câmara, nº 633, 1º andar, Dourados/MS.

DÉBITOS DA EXECUÇÃO: R\$ 16.202,85 (dezesesseis mil, duzentos e dois reais e oitenta e cinco centavos), até 30 de abril de 2022, conforme cálculo no ID. d63da88 dos autos.

Os lances serão ofertados pela rede Internet, através do portal **www.marcaleiloes.com.br**.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso por qualquer ocorrência, tais como na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

Considerar-se-á vil lance inferior a 40% (quarenta por cento) do valor da avaliação.

-

Os ônus e responsabilidades que gravam o bem levado a leilão público serão sub-rogados em seu preço, ou seja, o bem será arrematado livre de ônus, cabendo ao preço recebido por ele a satisfação desses eventuais débitos, tudo com fundamento nos arts. 130 do CTN e art. 1.499 do CC, aplicáveis no âmbito da Justiça do Trabalho por força dos arts. 8º, parágrafo único, e 769 da CLT.

Receberão os bens no estado declarado no auto de penhora, motivo pelo qual deverão verificar por conta própria a existência de vícios.

À arrematação, adjudicação ou remição de bens aplicam-se os preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, do Provimento Geral Consolidado do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, da Lei nº 5.584, de 22.06.70, da Lei nº 6.830, de 22.09.80 e do Novo Código de Processo Civil, observada a ordem de citação, a omissão e a compatibilidade, principalmente dos dois últimos institutos, em especial o art. 895, do CPC/2015.

FICAM CIENTES AS PARTES:

A comissão é devida a partir da publicação do edital de leilão no órgão oficial.

Para o caso de arrematação, a comissão é de 5% (cinco por cento) sobre o lance vencedor e será paga pelo arrematante juntamente com o sinal de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 888, § 2º, da CLT, e, nos demais casos, o juiz da execução fixará a indenização a(o) Leiloeiro(a) oficial, desde que haja comprovação de despesa com a realização do leilão.

O pagamento do sinal da arrematação bem como da comissão, deverá ser efetuado no ato da arrematação, devendo ser completado o valor do lance em 24 horas, sob pena de perder o sinal ofertado em favor da execução e retorno do(s) bem(ns) ao leilão.

Por motivo justificado, os prazos poderão ser elásticos em até 72 horas, se necessário.

Será permitida a arrematação mediante pagamento parcelado do preço. O interessado deverá se apresentar no leilão para concorrer com os demais licitantes e poderá, nesse momento, formular a sua proposta, observado o seguinte:

a) a 1ª parcela deverá corresponder ao mínimo de 25% do valor da arrematação e terá de ser depositada judicialmente na data do leilão;

b) o saldo deverá ser quitado em até 30 parcelas mensais, atualizadas monetariamente pelos índices do IGPM (CPC, 895, §§ 1º e 2º), no;

c) a mora de qualquer prestação acarretará multa de 10% sobre a sua importância somada a das parcelas vencidas (CPC, 895, § 4º).

Para os casos de adjudicação, remissão da execução, transação, desistência da execução, renúncia e remissão a comissão devida será de 2% (dois por cento), a serem pagos pelo exequente, no primeiro caso e, pelo executado, nos demais, limitada a indenização ao valor das despesas com a realização do leilão, devidamente

comprovadas (art. 159, parágrafo único do Provimento Geral Consolidado da Corregedoria do Eg. TRT da 24ª Região).

Na eventualidade de ser frustrada, no próprio leilão, a arrematação de determinado lote, por não atendimento pelo arrematante de requisito necessário, será facultado ao licitante que ofertou o segundo melhor lance, se houver e caso este tenha interesse, a confirmação da arrematação pelo último lance que ofertou.

O prazo para oposição de Embargos terá início 24 horas após a arrematação ou adjudicação.

Caso as partes, por qualquer motivo, não tenham sido intimadas da data da realização do leilão, dela ficam cientes pela publicação deste edital junto à Imprensa Oficial, bem como pela sua afixação em local costumeiro neste foro.

Fica o(a) Sr(a). Leiloeiro(a) Oficial autorizado(a) a receber ofertas de preço pelos bens arrolados neste Edital em seu endereço eletrônico: site www.marcaleiloes.com.br, devendo para tanto os interessados efetuar cadastramento prévio, confirmar os lances e recolher a quantia respectiva na(s) data(s) designadas para a realização do leilão, para fins da lavratura do termo próprio.

Caso as partes não sejam encontradas nos endereços constantes dos autos, ficam desde logo intimados os executados **Emy Saruwatari Eireli**, na pessoa de seu representante legal **Emy Saruwatary**, bem como os eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, da data acima, se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do (s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, desde já são consideradas intimadas pela publicação

do presente edital junto à Imprensa Oficial (Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho - DEJT), bem como pela sua afixação em local costumeiro neste Foro Trabalhista.

Obs.: 1) Caso as partes não sejam encontradas nos endereços constantes dos autos, desde já ficam intimadas da designação supra. **2)** Fica por conta do arrematante as despesas de transportes e escriturações caso tiver.

DOURADOS/MS, 30 de novembro de 2022.

CARLOS ROBERTO CUNHA
Magistrado



Assinado eletronicamente por: CARLOS ROBERTO CUNHA - Juntado em: 30/11/2022 14:13:08 - 9b83618
<https://pje.trt24.jus.br/pjekz/validacao/22113007443458000000022121934?instancia=1>
Número do processo: 0024536-83.2021.5.24.0022
Número do documento: 2211300744345800000022121934